

Dossiê Temático Rio + 30: desdobramentos da Eco-92 para a governança ambiental global - Apresentação

Carolinna Maria¹

Victor de Matos Nascimento²

Renato de Aragão Ribeiro Rodrigues³

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2022v19n3p2-4

A II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também chamada de Cúpula da Terra ou Rio 92, realizada no Rio de Janeiro em 1992, foi um dos eventos mais importantes já realizados para a governança ambiental global: além de ampliar o debate iniciado na Conferência de Estocolmo em 1972, foi responsável pelo estabelecimento da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Como resultados da Conferência, destacam-se a consolidação da preocupação com a erradicação da pobreza para alcançar o desenvolvimento sustentável e um padrão de vida minimamente aceitável e o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas - que diz respeito ao reconhecimento da contribuição histórica dos países desenvolvidos para a degradação ambiental, quando comparado aos países em desenvolvimento. Outro resultado importante foi a Agenda 21, um plano de ação global

que aborda uma ampla gama de questões, incluindo pobreza, saúde, gestão sustentável de recursos naturais, proteção da atmosfera, biodiversidade, educação e fortalecimento de grupos sociais.

Outros desdobramentos vieram desta Conferência. O Protocolo de Kyoto, de 1997, por exemplo, estabeleceu limites para seis tipos de Gases do Efeito Estufa e metas de diminuição da emissão desses gases para países desenvolvidos. Em 2000, foram estabelecidos os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, englobando oito objetivos a serem alcançados até 2015 e apoiados por 191 nações: acabar com a fome e a miséria oferecer educação básica de qualidade para todos, promover a igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde das gestantes, combater a aids, a malária e outras doenças, garantir a qualidade de vida e respeito ao meio ambiente e estabelecer parcerias para o

1 Doutora em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC Minas. ORCID: 0000-0003-0790-5083. Contato: carolinnamaria1@gmail.com.

2 Doutorando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC Minas. ORCID: 0000-0002-9767-0769. Contato: victormatosnasc@gmail.com.

3 Doutor em Geoquímica pelo Programa de Pós-Graduação em Geoquímica da UFF. ORCID: 0000-0002-8185-9313. Contato: renatorodrigues.clima@gmail.com.

desenvolvimento. Desde então, a cada 10 anos a Organização das Nações Unidas (ONU) realiza reuniões que atualizam o debate iniciado em 1992.

Com o objetivo de avaliar os progressos da Rio 92, a Rio+10, realizada em Joanesburgo em 2002, marcou uma etapa crucial no panorama do desenvolvimento sustentável. Enquanto a Conferência anterior estabeleceu princípios fundamentais, a Rio+10 buscou avaliar progressos e enfrentar novos desafios. Diferentemente da Rio 92, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável enfatizou questões sociais, como pobreza e saúde, além de destacar a necessidade de metas e indicadores mensuráveis para guiar o progresso. Apesar das mudanças e atualizações, alguns desafios persistentes, como a luta contra a pobreza e a proteção ambiental, permaneceram no centro das discussões. A Rio+10 reiterou a importância da colaboração global, reconhecendo que abordar questões complexas requer esforços conjuntos. No entanto, as dificuldades na implementação efetiva de compromissos anteriores destacaram a necessidade contínua de ações práticas e renovados compromissos para atingir metas de desenvolvimento sustentável.

Vinte anos após a Rio 92, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável voltou ao Rio de Janeiro, em 2012, com a Rio+20. Assim como na década anterior, esta conferência objetivava reavaliar o progresso rumo ao desenvolvimento sustentável e renovar o compromisso global com essa causa. Ao contrário das conferências anteriores, a Rio+20 buscou integrar não apenas questões ambientais e econômicas, mas também aspectos sociais do desenvolvimento sustentável. O conceito de “economia verde” e a importância da governança ambiental foram temas centrais discutidos,

refletindo uma crescente conscientização sobre a necessidade de um desenvolvimento que leve em conta não apenas os aspectos econômicos, mas também os sociais e ambientais.

A Rio+20 resultou na aprovação de um documento intitulado “O Futuro que Queremos”, que delineou uma série de compromissos e ações a serem tomadas pelos países para avançar em direção ao desenvolvimento sustentável. No entanto, assim como em conferências anteriores, persistiram desafios significativos na implementação efetiva desses compromissos, destacando a necessidade contínua de esforços conjuntos e compromissos renovados para alcançar um futuro mais sustentável para todos. Em 2015, esses compromissos foram atualizados com o lançamento da Agenda 2030, também conhecida como o conjunto de 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que enfatizam um esforço conjunto de países, sociedade civil e instituições privadas em assegurar os direitos humanos, a erradicação da pobreza e da fome, a redução das desigualdades e a proteção do meio ambiente.

O presente dossiê busca contribuir para a atualização do debate que se mantém há trinta anos, visando buscar análises e preencher lacunas observadas desde a Rio 92. Especificamente, nossa chamada consistiu em três eixos: político e social; ambiental; e econômico. O primeiro versa sobre questões como cooperação internacional, arranjos institucionais nacionais e parcerias, países em desenvolvimento e justiça ambiental, negociações internacionais no âmbito da UNFCCC e o papel da sociedade civil. O segundo trata do planejamento e gerenciamento da vida e dos recursos terrestres e marítimos, combate à desertificação e ao desflorestamento, manejo e agricultura sustentável, e mitigação e adaptação à mudança do clima. E o terceiro

eixo aborda o uso e esgotamento de recursos naturais na economia mundial, energia limpa e acessível e produção e gestão de resíduos.

Em *A África na Governança Ambiental Global*, os autores refletem sobre a vulnerabilidade ambiental de boa parte dos países do continente de que como essa variável incide sobre suas posições na cena política. Ademais, exploram a Agenda 2063 enquanto uma proposta regional que trás consigo valores normativos do Norte Global, mas também dos países africanos.

O texto *Dos Objetivos do Milênio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* mostra como a Conferência do Rio reforçou a direção dos esforços internacionais rumo ao desenvolvimento sustentável. O artigo também explora os sucessos e lacunas dessas agendas, considerando os anos desde suas adoções. Outra discussão riquíssima é desenvolvida em *Mudança na Dinâmica do Regime Internacional de Mudança Climática Pós-Kyoto*, onde as autoras analisam as diferenças entre os dois documentos centrais para a governança climática global: o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris. No texto, explora-se como a transição de um para outro alterou a dinâmica do Regime Climático.

Em *Mercados de Carbono têm reduzido as emissões agregadas de GEE?*, o autor reflete sobre um tema recente e que ainda carece de amadurecimento e estudos que são os mercados de carbono e quais as suas possíveis contribuições. O autor faz uma análise que incorpora uma vasta gama de países em um determinado recorte temporal e mostra os desafios que ainda precisam ser superados nessa iniciativa. Por fim, em *A Declaração Conjunta China-Federação Russa e a Mudança Global do Clima*, o autor se aprofunda em dois dos principais atores da governança ambiental contemporânea que são a China e a Rússia. Em sua discussão, explora-se sobretudo o papel e os comportamentos dos negociadores desses países no âmbito da UNFCCC.

Nossa expectativa, enquanto organizadores deste número do periódico *Conjuntura Internacional*, é que estes artigos, fruto de um longo esforço por parte de seus autores, sirvam para jogar luz à alguns debates da governança ambiental pós-Rio 92, mas que principalmente estimulem que mais textos sejam produzidos incorporando não apenas novos desdobramentos da política internacional, mas também teóricos.